

Violência crescente ameaça meninas de todo mundo em busca de educação, diz ONU

(Reuters, 09/02/2015) “Os ataques contra meninas que buscam educação persistem e, o que é alarmante, parecem estar ocorrendo com regularidade crescente em alguns países”, diz o relatório divulgado pela ONU nesta segunda-feira. Muitos dos ataques são cometidos em nome da religião ou da cultura, e outros têm relação com gangues, especialmente em El Salvador e em outras partes da América Central, disse Veronica Birga, chefe da seção de direitos humanos das mulheres e de gêneros do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em uma apresentação de lançamento do relatório.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Violência crescente ameaça meninas de todo mundo em busca de educação, diz ONU \(Reuters, 09/02/2015\)](#)

Papa condena mutilação feminina e violência doméstica contra mulheres

(Brasil Post, 07/02/2015) Em declaração no Conselho de Cultura do Vaticano, Papa Francisco se posicionou contra a mutilação genital feminina e a violência doméstica. “As muitas formas de escravidão, a comercialização e a mutilação dos corpos das mulheres nos convocam a nos comprometer a derrotar esses tipos de degradações que as reduzem a meros objetos que são comprados e vendidos”, afirmou o pontífice.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Papa condena mutilação feminina e violência doméstica contra mulheres \(Brasil Post, 07/02/2015\)](#)

Líderes de comunidades e especialistas se reúnem na ONU para discutir a violência contra minorias

(ONU Brasil, 25/11/2014) O objetivo da iniciativa é compreender as causas originárias dos crimes violentos contra minorias, além de melhorar sua prevenção. Mais de 500 pessoas participam do evento em Genebra, na Suíça. Também serão discutidas as ações necessárias em cenários pós-violência, que exigem atores-chave e atividades que promovam a reconciliação, a construção da paz e o gerenciamento da diversidade.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Líderes de comunidades e especialistas se reúnem na ONU para discutir a violência contra minorias \(ONU Brasil, 25/11/2014\)](#)

Brasil tem 50 mil casos de

estupros por ano; Roraima lidera ranking

(UOL Notícias, 11/11/2014) Ranking divulgado com base no 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado nesta terça-feira (11), revela que 50.320 casos de estupro (incluindo homens e mulheres) foram registrados pela polícia em todo país. Para os especialistas do fórum, existe uma banalização do crime no país, como revelam os números.

Leia mais: [Nota da ministra Eleonora Menicucci sobre dados de estupro do Anuário Brasileiro de Segurança Pública \(SPM, 11/11/2014\)](#)

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Brasil tem 50 mil casos de estupros por ano; Roraima lidera ranking \(UOL Notícias, 11/11/2014\)](#)

Criminalizar a violência doméstica não basta para erradicá-la, diz Angela Davis

(Agência Brasil, 29/07/2014) Fim do sistema carcerário atual, denunciar o racismo presente em diversas instituições, crítica ao papel desempenhado pela mídia e que ativistas cuidem também do meio ambiente e da própria saúde. Essas são algumas das ideias defendidas pela ex-integrante do grupo Panteras Negras e do Partido Comunista dos Estados Unidos, Angela Davis, entrevistada hoje (29) no programa *Espaço Público*, da TV Brasil. Para ela, “quando simplesmente punimos os culpados, em geral o que acontece é que

eles saem da cadeia pior do que entraram para cumprir a pena. As cadeias contribuem para reproduzir a violência e a conduta antissocial”.

Angela chegou a constar na lista dos dez fugitivos mais procurados pelo FBI (agência federal de investigação dos Estados Unidos). Ela foi presa na década de 1970 e inspirou a campanha “Libertem Angela Davis”, que angariou apoiadores em todo o mundo. Atualmente, a filósofa, escritora, professora e ativista viaja pela África, pelo Caribe e pela América do Sul para participar de conferências e projetos sociais. Na semana passada, participou, em Brasília, do Festival Latinidades 2014: Griôs da Diáspora Negra.

No programa, foi entrevistada pelos jornalistas Paulo Moreira Leite, Florestan Fernandes Jr. e pela coordenadora da Radioagência Nacional, Juliana César Nunes. Leia abaixo alguns trechos da entrevista:

Espaço Público: A visão que o Brasil tem de você ainda é muito conectada a Angela desse movimento Black Power da década de 1970, quando brasileiros faziam campanha pela sua libertação e pela libertação de Mandela e, ao mesmo tempo, pensavam em como libertar a Angela e o Mandela que existiam entre nós, entre homens e mulheres negras. Hoje, em que Angela as pessoas precisam pensar em libertar, em deixar fluir?

Angela Davis: A campanha pela minha libertação foi de fato um momento importante. Eu sempre digo que meu nome só é conhecido hoje não tanto pelo que eu fiz, mas pelo que fizeram por mim. Nunca vou esquecer o enorme movimento de solidariedade que mobilizou pessoas em quase todos os continentes. Mas eu era apenas uma, e já naquela época, tinha consciência de que havia muitos outros presos políticos. Percebi que o problema não era só a repressão aos presos políticos, mas também o papel racista e repressor do sistema carcerário. Nas últimas décadas, venho batalhando pela libertação dos presos políticos e combatendo a indústria carcerária e muitos militantes desse movimento anticarcerário nos autodenominamos “abolicionistas”, porque defendemos a abolição da cadeia como forma dominante de punição.

Espaço Público: Angela, você popõe a extinção dos presídios. A pessoa quando comete um crime, um crime bárbaro, um crime hediondo, ela tem

que ser punida, tem que pagar pelo crime que cometeu e ser ressocializada para voltar à comunidade. Se acabam os presídios, que eu concordo que virou depósito de pessoas, o que fazer com os criminosos?

Angela Davis: Concordo plenamente que quem tem conduta antissocial, quem faz mal a outras pessoas deve responder por isso. Mas isso não significa que basta punir. Quando simplesmente punimos os culpados, em geral o que acontece é que eles saem da cadeia pior do que entraram para cumprir a pena. As cadeias contribuem para reproduzir a violência e a conduta antissocial. A grande questão é como transformar a sociedade e lidar com essa questão da violência de tal forma que o agressor retorne à sociedade com uma perspectiva de vida melhor, sem revolta, sem recaída, mas disposto a contribuir com a sociedade. Acredito muito na reabilitação. Mas não acredito que ela seja possível na cadeia. É por isso que precisamos encontrar outras formas de responsabilizar as pessoas pelos crimes que cometem. E o pior é que muitas pessoas estão presas não porque cometeram um crime, mas por serem negras, jovens, ou porque estavam no lugar errado, na hora errada.

Espaço Público: Angela, você tem criticado as políticas de combate à violência doméstica. Como garantir proteção para as mulheres de uma outra forma que não seja a criminalização dos agressores?

Angela Davis: Estou com as pessoas que acreditam que simplesmente criminalizar a violência doméstica não basta para erradicá-la. Eu me preocupo com as vítimas da violência conjugal. E também porque é uma das formas mais comuns de violência no mundo. É uma forma de violência que ocorre em quase todo o mundo, inclusive nos países onde ela foi criminalizada. O índice de violência contra a mulher, de violência de gênero, não diminuiu. Alguma coisa está errada. Não podemos continuar simplesmente mandando as pessoas para a cadeia. Isso nos faz esquecer o problema. É por isso que sou contra o uso da pena de detenção. De certa forma, isso nos exime da responsabilidade de descobrir como acabar com essa violência horrível que tantas mulheres sofrem. Em muitos lugares, já surgiram alternativas à execução penal. Elas incluem Justiça restaurativa, ou até censura pública. Evidentemente, a perspectiva evolucionista não sugere

que o agressor não deva responder pelo que fez. Em muitos aspectos, é mais difícil para o agressor encarar a vítima de frente e encontrar uma forma de se redimir do que ir para a cadeia. É mais fácil ficar na cadeia. É muito mais difícil localizar a raiz da violência dentro de si e encontrar uma forma de erradicá-la do mundo.

Espaço Público: Onde fica o centro da sua força, essa força com que luta pelos direitos dos negros, tanto na África, quanto na diáspora?

Angela Davis: De onde tiro minha força? Acho que posso dizer que ela vem das minhas comunidades, das pessoas com quem trabalho, meu sentimento de união com as pessoas que se dedicam às lutas por justiça e igualdade. Costumo contar uma história que aconteceu na época em que eu estava presa. O FBI foi me buscar. Fui levada para um presídio onde eu fiquei incomunicável, sem poder falar com ninguém. Puseram-me em uma ala do presídio reservada para pessoas com problemas psiquiátricos. Fiquei deitada ali na cela, sentindo-me totalmente sozinha. De repente, ouvi umas vozes ao longe. Mal dava para entender o que diziam. De repente, percebi o que estavam dizendo: “Soltem Angela Davis!”. As pessoas se aglomeravam fora do presídio, tarde da noite, e isso antes mesmo da campanha pela minha libertação. Elas vieram e aquilo me fez sentir que eu não estava só. Fiquei com essas lembranças, essa ligação com as pessoas e percebi que, por piores que fossem os meus problemas, eles não chegavam aos pés dos problemas das pessoas que passam a vida na cadeia, das pessoas na Palestina, das pessoas que têm de lutar pela própria liberdade de várias maneiras. Enfim, também tiro muita força dos jovens, porque continuo trabalhando com ativistas. Vejo que eles estão cada vez mais jovens. E eu estou cada vez mais velha. Isso é bom, é muito importante trabalhar com outras gerações. Vejo que os jovens estão dispostos a correr mais riscos que os mais velhos, porque às vezes somos prudentes demais.

Espaço Público: Atualmente, temos algumas mulheres no comando de países. Aqui na América Latina, temos três mulheres coordenando três países, temos uma mulher na Europa. Como a senhora vê a atuação dessas mulheres no poder? Houve uma modificação dos rumos do capitalismo? Agora, é a hora, depois de um negro, os EUA terem uma mulher?

Angela Davis: Acho positivo que tenham elegido mulheres para cargos políticos na América do Sul e na Europa. Assim como foi bom um negro ter sido eleito nos EUA. Mas não sei se isso resolve nossos problemas. Não sei se ficar tentando apenas mudar o rosto das pessoas que estão no topo das hierarquias políticas ou econômicas vai mudar a realidade dos que estão na base. Como já disse algumas vezes, quando Obama disputou as eleições, se houvesse um candidato de outra identidade racial concorrendo com um programa mais ousado, com certeza ele teria o meu voto. Eu preferiria mil vezes um candidato branco que propusesse uma crítica ao capitalismo, ao inter-racismo e ao sistema carcerário a um candidato negro que deixasse as coisas como estão. É uma questão política. Precisamos superar essa mentalidade de que trocar apenas um rosto vai trazer uma revolução e entender que é preciso criar movimentos de massa, é preciso promover mudanças na base do sistema.

Espaço Público: Como você vê o papel da mídia nesse contexto, basta democratizar o acesso? É preciso que haja uma mudança, na forma, no discurso da mídia, especialmente sobre a população negra, para mexer nas estruturas do racismo? Aqui no Brasil, a imprensa, de maneira geral, é contra as cotas. Quase todo dia sai alguma notícia criticando a distribuição de cotas tanto nas universidades, quanto no serviço público.

Angela Davis: Acredito que a mídia tem um grande poder de mudar a forma de pensar das pessoas, mudar a nossa forma de ver o mundo. Com o advento das mídias sociais, estamos nos deparando com a ampla influência de ideias que se propagam instantaneamente. Vejo que nos EUA, a grande mídia continua a promover algumas ideias retrógradas. O sistema de cotas - não gosto muito de usar o termo "cotas" porque ação afirmativa não é sinônimo de cotas, não é a mesma coisa, e quando chamamos assim, como a mídia costuma fazer, isso transmite uma impressão de que estamos jogando as pessoas umas contra as outras, quando, na verdade, trata-se de uma tentativa de começar um processo para reverter algo que já há muito [...] Um processo que vem de muito longa data. Costuma-se falar em ação afirmativa como se fosse um homem branco contra, digamos, uma mulher negra, por exemplo. Mas quando se entende que a ação afirmativa é uma forma de modificar a distribuição demográfica no mercado de trabalho, nas

universidades, não se trata só de indivíduos, trata-se de comunidades, é uma questão de permitir a ascensão de comunidades, e isso também acaba beneficiando indivíduos. Mas acho que é preciso começar a mudar essa concepção de ação afirmativa como mera oposição entre brancos e negros. Ela está aí para mudar o mundo, para promover justiça e igualdade.

Mariana Tokarnia

Acesse no site de origem: [Criminalizar a violência doméstica não basta para erradicá-la, diz Angela Davis \(Agência Brasil, 29/07/2014\)](#)

A violência contra mulheres e menores atrasa a inclusão social na América Latina

(El País, 29/07/2014) Violência, marginalização, pobreza, discriminação por gênero e raça, abandono escolar e escassez de vagas de trabalho com garantias em Honduras, El Salvador e Guatemala formam o combustível “tóxico” do êxodo de dezenas de milhares de menores desacompanhados e sem documentos para os Estados Unidos. Essa é uma das conclusões do terceiro índice sobre Inclusão social na América publicado hoje pela organização Americas Society/Council of the Americas (AS/COA). Os três países citados estão no final de uma classificação que mede 17 Estados através de 21 variáveis que determinam a capacidade de seus cidadãos para ter acesso a determinados bens e serviços. O Uruguai, a Argentina e a Costa Rica ocupam os três primeiros lugares. Os últimos são El Salvador, Paraguai, Honduras e Guatemala. No meio, nesta ordem, ficam os Estados Unidos, Chile, Peru, Equador, Brasil, Panamá, Bolívia, Colômbia, México e Nicarágua.

A classificação reflete a realidade de um continente que, apesar dos indubitáveis avanços e crescimento econômico na última década, não

conseguiu erradicar gravíssimos problemas de exclusão social. A lamentável situação da mulher em relação a direitos e oportunidades em muitos países e a insegurança, produto da marginalização dos mais jovens na América Central, constituem os dois pontos aos quais o estudo dedica uma análise mais profunda. “Há 20 anos falávamos de democracia; há 10, de economia; hoje, de inclusão social. Sem dúvida avançamos”, declarou Susan Segal, presidenta da AS/COA, durante a apresentação do estudo em Nova York.

Pobreza e violência não formam uma correlação automática, como lembram os pesquisadores Matthew Budd e Marcela Donadio, membros da organização Rede de Segurança e Defesa da América Latina, em um artigo que acompanha o estudo na *Americas Quartely*, a revista da AS/COA.

Para corroborar esta ideia, lembram que a Nicarágua, um país muito mais pobre que seus vizinhos (1.750 dólares (3.900 reais) de PIB per capita e 162 dólares (361 reais) de salário mínimo), tem uma taxa de homicídios (11 por cada 100.000 habitantes) muito inferior à de Honduras (85), El Salvador (41) ou Guatemala (34). Mesmo assim, crianças nicaraguenses não são a maioria entre as que chegam à fronteira dos Estados Unidos. “A exclusão social é muito mais do que pobreza e desigualdade. Tem a ver com um sentido de pertencimento a um grupo. A marginalização gera a sensação de ser um estranho e, inevitavelmente, de insegurança, o que leva a comportamentos violentos em busca de justiça e segurança. A inclusão social cria vínculos e segurança. Por outro lado, um entorno de insegurança cerceia liberdades e a possibilidade de inclusão social. Na América Central esses fenômenos são reforçados mutuamente em uma mescla turbulenta. Os mais jovens da região são cada vez mais as vítimas e os algozes da violência”, afirmam Budd e Donadio.

Para a jornalista e escritora norte-americana Sonia Nazario, autora do aclamado trabalho vencedor do prêmio Pulitzer *A Viagem de Enrique*, os 40.000 menores centro-americanos (40% são meninas) que tentaram cruzar a fronteira dos EUA com o México (calcula-se que a cifra chegará em 90.000 até o fim do ano) não são imigrantes, mas refugiados que fogem de um pavoroso cenário de violência.

Os dados avalizam seu comentário. O escritório do Alto Comissariado das

Nações Unidas para os Refugiados entrevistou 404 crianças vindas de Honduras, El Salvador e Guatemala. 58% explicou que o principal motivo para tentar chegar aos EUA era escapar das gangues de delinquentes e traficantes que utilizam menores como capangas ou mulas (transporte de drogas e outros materiais).

Em 2006 foi realizada uma sondagem similar entre jovens mexicanos. Somente 13% atribuiu sua arriscada viagem à violência no lugar de origem. “Sem dúvida a violência é um fator, mas os problemas para ter acesso à educação de base, ou, em definitivo, a falta de oportunidades também influi”, disse Christopher Sabatini, diretor da *Americas Quartely*. Para Sabatini, o bloqueio da futura lei de imigração nos Estados Unidos não é a única razão do êxodo de menores, como se argumenta em alguns países. “Sem dúvida necessitamos de uma nova lei, e é importante que as crianças comecem a ser tratadas como refugiados, mas não há somente uma resposta. É preciso adotar medidas de inclusão nos países de origem”, acrescentou.

A insegurança e marginalização sofridas por grupos tão vulneráveis como os mais jovens e as mulheres não determina o PIB do país, mas a força de suas instituições, asseguram os pesquisadores do Índice de Inclusão Social da AS/COA. Neste sentido, Honduras ostenta vários recordes negativos: 48% de suas vítimas de homicídio em 2012 tinham entre 15 e 19 anos. A cidade de San Pedro Sula tem a maior taxa de homicídios do mundo, segundo as Nações Unidas. 2.000 crianças que até maio deste ano chegaram à fronteira dos Estados Unidos vêm desta cidade. Não é a única: mais da metade das cidades das quais procedem os menores sem documentos está em Honduras.

Entre os aspectos mais débeis sobre a inclusão social, o estudo da AS/COA destaca de forma muito crítica a situação das mulheres. As pesquisadoras Jane Marcus-Delgado e Joan Caivano denunciam que a maior presença de mulheres nas instituições e na vida política dos países americanos não causou uma melhora de suas condições e oportunidades, em particular para as de raça negra e as que vivem nas zonas rurais. Assim, o estudo lembra que uma de cada três mulheres sofre abusos na América Latina, segundo a Associação Panamericana de Saúde, e que a violência de gênero causa mais vítimas no continente que o câncer, a malária, os acidentes de trânsito ou os

conflitos armados. No Chile, 50% das mulheres entre 15 e 49 anos de idade foi vítima de seu companheiro. Em São Paulo, uma mulher é abusada a cada 15 segundos. A metade dos países com as mais altas taxas de violência de gênero são americanos.

“Um exame das novas tendências, leis e políticas a favor da mulher traz à tona a expressão espanhola: ‘Do dito ao feito há uma longa distância’. Em outras palavras, incluindo áreas nas quais houve um progresso significativo, existem barreiras que não permitem uma aplicação coerente destas novas políticas: insuficientes recursos públicos, falta de vontade política, o prevalecimento de valores e práticas patriarcais e uma desigualdade socioeconômica extrema”, advertem Marcus-Delgado e Caivano. Como exemplo destacam a falta de informação (o Paraguai e o Uruguai não oferecem dados sobre a violência de gênero) ou sua obsolescência (os da Bolívia e da Colômbia são de 2003 e 2005, respectivamente). Mesmo assim, ainda que existam leis, estas não se aplicam. No Rio de Janeiro foram denunciados 1.822 estupros em 2013, mas só ocorreram 70 detenções.

O Índice de Inclusão Social mede também as normas que regulamentam o aborto ou a contracepção, na medida que determinam a diferença de oportunidades entre homens e mulheres. Neste sentido, o panorama é desolador: 95% dos abortos da América são realizados em condições insalubres, devido à persistência de legislações muito restritivas em muitos países. Aonde as leis são permissivas, como na Colômbia ou no Uruguai, os meios para aplicá-las são, entretanto, deficientes. Tampouco uma maior presença de mulheres na vida pública melhorou esta situação como se esperava. Na Nicarágua e no Equador, os presidentes Daniel Ortega e Rafael Correa, respectivamente, aumentaram o acesso das mulheres aos cargos de responsabilidade, mas suas legislações sobre aborto são as mais duras. Por último, em países com mulheres na presidência (Argentina, Chile, Costa Rica e Brasil) a norma sobre a interrupção voluntária da gravidez está, paradoxalmente, muito longe do que o estudo elaborado pela AS/COA consideraria plausível.

O estudo reconhece avanços - redução dos níveis de pobreza, acesso ao estudo básico, mais moradias e empregos com direito a aposentadoria -

graças ao crescimento econômico em países como o Brasil, a Colômbia, o Chile ou Uruguai, mas persistem situações inaceitáveis, concretamente as referidas às mulheres e às minorias, a atitude dos Governos sobre a exclusão social, o acesso à justiça e os direitos e proteção dos que sofrem de algum problema psíquico, entre outros aspectos. “É difícil mudar a situação em curto prazo por razões históricas, estruturais e de atitude”, corrobora Sabatini.

Por países, o Uruguai repete o primeiro lugar pelo segundo ano graças ao seu crescimento econômico e a melhora dos direitos políticos e do acesso à moradia digna. Sua pontuação sofreu pela persistência de desigualdades de gênero ou raça, segundo o estudo. A Argentina ocupa o segundo lugar graças ao dinheiro público dedicado para os programas sociais. Entretanto, tem baixa pontuação em participação social e capacidade de resposta do Governo, segundo a opinião dos cidadãos. Apesar desses avanços, o índice denuncia que ainda falta muito em relação à possibilidade de se ter direitos civis sem discriminação de nenhum tipo na Bolívia, Equador, Guatemala, México, Nicarágua e Paraguai.

A Costa Rica, terceiro lugar, é um dos países melhor avaliados em muitas das variáveis. Entretanto, ocupa um dos piores postos no que se refere aos direitos dos gays, lésbicas e transexuais. O Peru, sexto na tabela, experimentou avanços nos direitos das mulheres, além de um crescimento econômico importante. Entretanto, continua investindo pouco em medidas sociais que aumentem as matrículas na educação básica e o acesso à moradia digna.

O Brasil desce para a oitava colocação, em parte, pela má percepção que os cidadãos têm sobre a capacidade do Governo de resolver os problemas de exclusão social. A Colômbia e o México, décima primeira e décimo segundo, respectivamente, têm sérias metas a atingir. No caso da Colômbia, sempre segundo o estudo, a escassa presença da mulher na política. No do México, o acesso aos postos de trabalho com todos os direitos trabalhistas reconhecidos e uma aposentadoria. Em Honduras, o assunto é realmente grave: somente 10% das mulheres e 5% dos homens trabalham com direito a aposentadoria.

O Índice de Inclusão Social não se limita a constatar os avanços ou

retrocessos em determinadas questões, mas também coloca recomendações e exigências. As prioritárias têm a ver com políticas a favor das mulheres (Brasil, Colômbia e Chile), melhores condições de acesso ao mercado de trabalho (México, Equador, Guatemala e Paraguai), potencializar as matrículas na educação de base (El Salvador, Brasil e Uruguai) e fortalecer uma justiça mais eficiente e próxima dos cidadãos (México e Bolívia), entre outras. Os responsáveis pelo índice lembraram a necessidade de melhorar a informação obtida pelos censos nacionais, e que neles sejam incluídas categorias de raça e etnia.

Para elaborar o índice, os pesquisadores utilizam os dados do censo de cada país, documentos do FMI e do Banco Mundial, o comunicado sobre Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, o Barômetro Americano da Universidade Vanderbilt, assim como trabalhos de pesquisadores de outras instituições (Inter-American Dialogue, Amherst College e City University de Nova York, entre outras).

Os responsáveis pelo estudo medem até 21 variáveis (PIB, direitos civis, acesso à moradia digna, matrículas em educação de base, acesso ao trabalho com aposentadoria, concessão de créditos, direitos e proteção de pessoas com problemas psíquicos, legislação sobre a mulher, capacidade de resposta do Governo...) até atribuir uma pontuação para cada país.

Devido às dificuldades para reunir dados homologáveis e a escassez destes em muitos casos, podem ocorrer algumas conclusões surpreendentes e ausências notáveis. É o caso do quarto lugar ocupado pelos Estados Unidos. O próprio estudo adverte que, ainda que este país tenha importantes “objetivos” em relação à inclusão social, essa surpreendente classificação responde à impossibilidade de obter dados federais em oito variáveis. No caso da Venezuela, a duvidosa qualidade da informação disponível motivou sua exclusão do índice. “Em onze das variáveis, os dados de que dispúnhamos procediam do Governo. Não nos ofereciam confiança suficiente. É uma pena que não possamos conhecer com rigor se o Governo venezuelano está realizando a revolução social que defende em sua agenda política”, explicou Sabatini.

Acesse no site de origem: [A violência contra mulheres e menores atrasa a](#)

inclusão social na América Latina (El País, 29/07/2014)